Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2019, NA CIDADE DE MUZAMBINHO.

4 5 6

7

8

9

10

11 12

13

14 15

16

17

18

19 20

21 22

2324

25

26

2728

29

30

31

32

33 34

35

36 37

38

39 40

41

42

43

4445

46 47

1

2 3

No quinto dia 05 de dezembro de dois mil e dezenove, quinta-feira, as 08:30., no IF Sul de Minas - Câmpus Muzambinho, foi realizada a 5ª reunião ordinária do ano de 2019 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi/Pardo - GD6). Na reunião estiveram presentes 27 (vinte e sete) membros, representando 25 (vinte e cinco) Instituições, havendo quórum para a realização da mesma e também para deliberações. Estiveram presentes os membros da Diretoria: Secretária Executiva Maria Teresa Mariano (Pontifícia Universidade Católica - PUC Minas Poços de Caldas) e Secretária Adjunta Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário); e os Conselheiros: Enio Virgílio Martins de Sousa (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG), Robson Rodrigues dos Santos (Instituto Mineiro de Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas - IEF), Giovani Adilson Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), Antônio Carlos Rabelo de Carvalho (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Mateus Felipe da Costa (Prefeitura Municipal de Bom Repouso), Joelmar Lucas de Andrade (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Frederico Luiz Pereira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), Flávio Florentino Bocoli (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Marlon Cezar Aguiar (Companhia de Saneamento de Minas Gerais -COPASA), Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A. - DME), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A - ICASA), Kamila Vilela Barros Santos (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Leda Carolina Carvalho Martins (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas - DMAE), Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE), André Dal Poggetto Moreira Angra (Danone Ltda), Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação Pocos Sustentável - APS), Fábio Lúcio Antunes Guedes (ONG Planeta Solidário), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG), Valnei José de Melo (Nascente do Rio Pardo e seus afluentes - NARP), Sebastião Marques Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas -Campus Muzambinho). Convidados: Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura de Andradas) e Marcos Pioci (IF Sul de Minas - Câmpus Muzambinho). Item 1. Abertura da reunião: A reunião foi aberta pelo Ex-Presidente Flávio Bocoli o qual agradeceu a presença de todos ali presentes. Item 2. Execução do Hino Nacional: A Secretária Executiva, Maria Teresa Mariano, agradeceu a presença de todos e convidou- os a cantarem o Hino Nacional do Brasil, bem como o Hino do Município de Muzambinho. Item 3. Leitura e Aprovação da Ata: Foi realizada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, com uma abstenção do conselheiro Robson do IGAM, por não ter participado da 4ª reunião. Item 4. Eleição para Presidente: O Ex-Presidente justificou os motivos de sua renúncia, conforme carta apresentada e intenção de permanecer representando na

condição de Usuário. O conselheiro Robson (IGAM) disse que regimentalmente o cargo de presidente ficou vago e quem o assumir terá mandato até o meio do ano de 2020 juntamente com os demais membros da diretoria. Reforçou a importância deste comitê, visto que o mesmo possui um protagonismo dentro da bacia que vem de décadas atrás, possui plano diretor aprovado, e que estamos em um momento estratégico dentro das bacias do Rio Grande com relação a cobrança pelo uso da água que está sendo discutida de maneira integrada. Disse que outro ponto que merece destaque é com relação a nova sede do CBH Grande que será em Pocos de Caldas, tornando ainda mais importante a atuação do CBH Mogi/Pardo na região, além da proximidade e integração desses dois comitês. Destacou a importância de a diretoria manter-se mobilizada e empenhada, e também disse que aqueles que forem se candidatar ao cargo de presidência devem ter em mente que é necessária muita responsabilidade e compromisso para estabelecer uma agenda participativa dentro do comitê. Disse que o IGAM sempre estará a disposição do comitê e que todos os conselheiros devem se empenhar, pois devemos deixar o comitê sempre ativo e mobilizado. Após declarado a vacância da Presidência o representante do IGAM, esclareceu sobre o procedimento para preenchimento e condução de um novo conselheiro à presidência. O conselheiro Mateus (Prefeitura de Bom Repouso) colocou seu nome a disposição manifestando interesse a presidência, disse que ele e a Prefeitura a qual representa no comitê estão dispostos a colaborar com a agenda do CBH em tudo oque for necessário, ele disse que entende a importância do CBH, e que sempre esteve presente e interessado nas temáticas levantadas pelo mesmo. A conselheira Ângela (CREA-MG) parabenizou o conselheiro Mateus e disse que ficou feliz com a atitude de um jovem em assumir uma missão tão difícil. A mesma levantou algumas guestões, com relação à logística, ou seia, a distância entre a sede do comitê e da cidade do mesmo. perguntou se o mesmo tem conhecimento da total falta de estrutura do comitê e de apoio à Diretoria e como se daria a sua disponibilidade para que não aconteça que surgindo situações complicadas o mesmo não consiga dar conta das demandas do comitê. Destacou que embora seja um mandato curto, a mesma acha importante que o mesmo esteja ciente do desafio que terá pela frente, e também agradece pela sua disponibilidade em assumir este cargo tão importante. Por fim ela disse que gostaria de saber como ele atenderia essa demanda, pois o CBH encontra-se em uma fase crítica, pois nenhuma câmara técnica está funcionando efetivamente. Disse que no ano de 1.999 (mil novecentos e noventa e nove) ela liderava a comissão provisória de formação do CBH Mogi/Pardo no qual ela e os demais membros foram a Belo Horizonte no Conselho Estadual de Recursos Hídricos para justificarem e pedirem que este comitê fosse criado. sendo que o mesmo foi instituído e a sua primeira eleição ocorreu no ano seguinte. Portanto são 20 (vinte) anos de lutas, e atualmente estamos vivendo esse cenário crítico. Disse que embora este comitê tenha o plano diretor no qual ela foi coordenadora da Comissão de Acompanhamento e que embora aprovado no ano de 2010 (dois mil e dez), nenhuma ação do plano foi realizada. A mesma também acredita que a maioria dos conselheiros sequer leu o resumo do mesmo. Ela finalizou dizendo que não quer desestimular ninguém, mas quer deixar claro os desafios existentes, por que como já foi dito o GT cobrança terá um impacto enorme na bacia, ou seja, em uma bacia que não teve nenhuma ação concreta do Plano Diretor. Levantou também um dos itens presentes na auto avaliação do comitê que fala sobre a gestão, que trata de como estamos nos aproximando dos outros planos, sejam diretores ou ambientais dentro da nossa bacia, e isto não está sendo feito, pois o Plano Diretor da Bacia não foi seguer implantado. Ela disse que, portanto o desafio é este e precisa ser feito, caso contrário o CBH perderá o protagonismo do que está sendo realizado dentro da bacia, e nós não precisamos sair na frente, mas precisamos estar juntos com os demais comitês pertencentes ao rio Grande. O conselheiro Mateus (Prefeitura de Bom Repouso) respondeu dizendo que a prefeitura irá disponibilizar um veículo para o seu uso. Disse que não vê problemas quanto à

48

49

50

51 52

53

54

55

56 57

58 59

60

61 62

63

64

65

66

67

68

69 70

71

72

73

74 75

76

77

78 79

80 81

82

83

84 85

86

87 88

89

90

91

92

93 94

95

96 97

98

logística e que considera Pocos de Caldas uma cidade próxima de Bom Repouso e disse que a prefeitura tem viagens regulares para Poços de Caldas, quase que diariamente. Destacou que, portanto o deslocamento não será um problema, assim como o apoio do Poder Executivo de Bom Repouso. O conselheiro Antônio Carlos Sales (ASSEA) fez o uso da palavra e disse que fica feliz com a decisão do conselheiro Mateus em concorrer o cargo de presidente e que gostaria de saber mais sobre as suas possibilidades e também da prefeitura de Bom Repouso, tendo em vista que a responsabilidade é muito grande. O mesmo destacou que já foi presidente por 6 (seis) anos e que na sua gestão este comitê foi considerado o melhor CBH de Minas Gerais. Disse que a responsabilidade é muito grande, pois além dos trabalhos internos do comitê, o presidente deve participar de reuniões como as do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), no qual obrigatoriamente temos que ter um representante do GD6. O mesmo disse que acredita que fazem dois anos que este comitê não participa do fórum efetivamente, por falta de iniciativa do mesmo. Ressaltou que também existe o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no qual ele sempre participava. Disse que a responsabilidade de um presidente é muito grande, pois o mesmo deve estar presente em todos os municípios que compõem a bacia. Outro ponto que ele destacou foi sobre as Câmaras Técnicas o qual o mesmo é coordenador da C.T do Plano Diretor. O mesmo reclamou que o comitê o deixou na mão, pois foram aprovados 5 (cinco) itens em plenária, porém os dois últimos presidentes não deram apoio para o cumprimento desses itens, e portanto as câmaras técnicas encontram-se paradas, embora foram feitas para funcionarem continuamente. Disse que para que as ações do plano diretor sejam realizadas é necessário a apoio do IGAM, das prefeituras, e este apoio é inexistente até esse momento. O mesmo falou que o novo presidente deve apoiar as câmaras técnicas, caso contrário o cenário continuará o mesmo. Ele também pediu apoio do IGAM, para que o mesmo esteja mais presente, pois tudo que temos na secretaria do comitê foi emprestado, inclusive o notebook que a auxiliar administrativo utiliza foi cedido por um conselheiro, ele aproveitou a oportunidade para manifestar a sua indignação devido à ausência da auxiliar administrativo, devido a proibição vinda do IGAM. O mesmo finalizou dizendo que caso o conselheiro Mateus seja eleito ele terá que dedicar parte de sua vida ao comitê, e que deseja sucesso ao novo presidente e que estará sempre a disposição. A Secretaria Executiva Maria Teresa fez o uso da palavra e agradeceu o relato do conselheiro Antônio Carlos Sales e destacou que desde o inicio a diretoria nunca se reuniu, que as pautas são definidas por meio de whattsapp e sugeriu que a nova diretoria se reúna com frequência. Sobre o plano diretor ela disse que como as prefeituras não tem obrigação legal de implantá-lo, cabe um trabalho muito difícil de conscientização dos prefeitos sobre a importância de se manter a qualidade e quantidade das águas que abastecem as cidades. Destacou também a importância que cada conselheiro possui dentro do CBH, pois todos tem o direito e dever de cuidar das águas, independente do setor que cada um representa dentro do comitê. O conselheiro José Edilberto (APS) salientou os papéis dos conselheiros dentre do comitê, perguntou se os mesmos estão dentro do comitê por que querem ou por que a instituição que eles trabalham ou representam os incumbiram deste papel. Discorreu sobre os trabalhos realizados dentro do CBH Grande para que a sede do comitê fosse em Minas Gerais e a importância desse feito, visto que estava quase tudo pronto para que a sede fosse em São Paulo novamente. Evidenciou que em São Paulo existe uma participação efetiva dos prefeitos oque não ocorre em Minas Gerais. Ressaltou que com a definição da Sede do CBH-Grande e a Secretaria Executiva, considerando a grande mobilização para confirmação desta definição, Minas Gerais detém 70 % aproximadamente da água produzida do Rio Grande, daí a relevância de Poços de Caldas sediar o Comitê. O conselheiro Robson (IGAM) fez o uso da palavra e explicou sobre o apoio aos comitês. Disse que a tempos atrás a verba do FHIDRO destinada aos CBH's era gerida por meio de convênios firmados com entidades que recebiam e executavam os mesmos de acordo

100

101

102

103

104 105

106

107

108 109

110

111 112

113114

115

116

117118

119

120

121

122

123

124125

126

127128

129

130 131

132

133

134

135

136 137

138

139

140

141142

143

144

145

146

147

148149

150

com os planos de trabalho dos comitês. Atualmente esses recursos do FHIDRO não são geridos por meio de convênios. Informou que o Estado publicou alguns editais em três blocos distintos visando a celebração de Termo de Colaboração para apoio aos Comitês, sendo que um deles abrangerá os comitês do Grande, e que uma entidade após a finalização do processo poderá gerir estes recursos. Atualmente o processo está dependendo da liberação dos recursos, para que as empresas selecionadas sejam responsáveis pela estruturação dos comitês. No entanto, o IGAM tem apoiado os comitês por meio da cessão dos auxiliares administrativos, no qual o IGAM firmou um contrato com a MGS. Quanto a presenca do auxiliar administrativo nas reuniões do comitê fora de Pocos de Caldas, o conselheiro Robson esclareceu que não é uma proibição por parte do IGAM, mas é porque o contrato firmado com a MGS não autoriza a viagem desses auxiliares, devido a não estar previsto no contrato as diárias e os deslocamentos dos mesmos. Reforçou que os auxiliares foram contratados no intuito de fazerem os serviços administrativos operacionais dos CBH's. Lembrou que as diretorias têm as suas competências, como a elaboração da pauta, convocação da reunião e elaboração da ata como previsto no regimento interno, porém ele disse que sabe que os auxiliares apoiam na elaboração das atas, porém como esse papel é da Secretária do comitê, cabe a mesma revisá-la e encaminhar para aprovação. Informou que o IGAM também tem custeado as diárias da sociedade civil em caso de ausência de recursos e em alguns casos, dos poderes públicos, porém nesse caso perante a uma declaração de insuficiência de recursos. Também tem custeado as despesas das viagens ao Fórum Mineiro. Disse que os comitês que já possuem a cobrança tem uma estrutura melhor devido aos recursos da cobrança. Após todas manifestações contextualizando a situação do Comitê, procedeu-se a votação, tendo a abstenção de voto do conselheiro Giovani (SES) e o conselheiro Mateus foi eleito por unanimidade. O novo presidente eleito agradeceu a todos e disse que está a disposição de todos para o que for preciso, que está aberto e gostaria de estar próximo de todos. A Secretária Executiva Maria Teresa disse para o novo presidente, se inteirar melhor do nosso regimento interno e das legislações ambientais e disse que ficará a sua disposição. Ela falou que, portanto a atual composição da diretoria é: Presidente: Mateus Felipe da Costa; Vice-Presidente: Juvenal Nogueira Marques; Secretária Executiva: Maria Teresa Mariano e Secretária Adjunta: Irineia Ardissom da Silveira Souza. Item 5. Definição do Cronograma Anual de Reuniões - 2020: Foi definido pela plenária o seguinte calendário:

152

153

154

155

156157

158

159

160

161

162

163164

165166

167

168

169 170

171

172

173

174

175

176177

178

179180

181

182 183

184 185

186

187

188

189 190

191

192

193 194

195

196

REUNIÃO	DATA	CIDADE
1ª Reunião Ordinária	13 de Fevereiro de 2020	Bom Repouso
2ª Reunião Ordinária	14 de Abril de 2020	Muzambinho
3ª Reunião Ordinária	18 de Junho de 2020	Andradas
4ª Reunião Ordinária	11 de Agosto de 2020	Guaxupé
5ª Reunião Ordinária	15 de Outubro de 2020	Jacutinga
6ª Reunião Ordinária	08 de Dezembro de 2020	Ipuiuna

A Secretaria Executiva Maria Teresa, sugeriu que convidássemos uma pessoa especializada em cobrança, e disse que ela convidaria uma pessoa que possa explicar melhor sobre a implementação da cobrança pelo uso da água. Item 6. Deliberação Conjunta dos Comitês Mineiros da Bacia do Rio Grande no 01, de 18 de dezembro de 2018): O conselheiro Robson (IGAM) esclareceu a respeito desta deliberação que institui Grupo de Trabalho composto por represente dos 8 CBHs mineiros afluentes do Grande, com o objetivo de discutir a implementação da cobrança e formato de Agência para as bacias mineiras do Grande. Ele falou da necessidade do referendum da Plenária do GD6, visto que foi uma Deliberação Conjunta Ad referendum dos Presidentes dos 8 CBHs que a mesma foi discutida em plenárias anteriores, porém não constava em ata. Submetida então à plenária a Deliberação Conjunta foi referendada. Sobre o GT de

cobrança o mesmo gostaria de deixar claro que não está sendo discutida a imposição da cobrança, já que o grupo de trabalho veio de uma demanda dos próprios presidentes dos comitês pertencentes ao CBH Grande durante uma reunião com o Secretário de Meio Ambiente, e a partir dessa reunião foram realizadas duas oficinas sendo uma em Lavras e a outra em Três Corações para discussão da gestão dos recursos hídricos como um todo dentro da Bacia do Grande e dessas duas oficinas saiu um plano de trabalho e dentro dele tinha um item que seria a instituição do Grupo de Trabalho de Cobrança, com a participação de todos os comitês pertencentes à Bacia do Grande. Conforme já informado, o mesmo foi instituído por meio desta Deliberação Conjunta Ad Referendum em dezembro de 2018 (dois mil e dezoito) dos 8 (oito) presidentes e o IGAM solicitou que cada presidente referendasse em reuniões plenárias. Posteriormente foi feita outra Deliberação Conjunta Ad Referendum prorrogando a vigência desse grupo de trabalho. O mesmo ressaltou a importância da participação do GD6 nas reuniões do G.T Cobrança. pois segundo ele os membros comparecerem apenas em 2 (duas) das 5 (cinco) reuniões já realizadas. O G.T foi criado para discutir o formato de agência e criar uma proposta de metodologia para implantação da cobrança. Ele disse que posteriormente sairá um relatório das atividades desenvolvidas, e ressaltou que o G.T não é deliberativo, ou seja, não implanta a cobrança. O Robson sugeriu que aguardássemos o relatório do Grupo de Trabalho para depois chamar um convidado para tratar sobre a cobranca, pois assim seria possível realizar um seminário, ou algo nesse sentido. A Secretaria Executiva sugeriu convidar o G.T e o IGAM para a próxima reunião, no qual convidaria o palestrante antes do fechamento do relatório do G.T Cobrança. O conselheiro Robson (IGAM) disse que os dois representantes do GD6 no G.T poderiam estar presentes e posteriormente levarem as contribuições ao G.T. Item 7. Discussão e preenchimento da Auto avaliação do comitê para o ano de 2019; Plano de Ações Estratégicas e Protagonismo do Comitê, de acordo com a DN nº41/2012: O conselheiro Robson (IGAM) destacou que não foi o IGAM que elaborou o questionário da auto avaliação, e que a mesma está prevista na DN 41/2012 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que na época dos convênios que repassavam os recursos, essa Deliberação Normativa foi criada por um G.T com a participação dos comitês, o qual tinha como intuito criar critérios para o repasse de verbas, no caso a auto avaliação, plano de trabalho, dentre outros documentos. Hoje a DN ainda existe e o IGAM como gestor precisa fomentar o cumprimento da mesma. Sobre a auto avaliação o Robson destacou que em outros comitês os conselheiros tem respondido e depois a diretoria tem feito a média de cada item e enviado ao IGAM até o dia vinte de dezembro. Já o Plano de Trabalho é de responsabilidade da diretoria e não somente do Presidente, alguns itens que pode compor esse plano seriam os temas sobre a cobrança, o convite de especialistas para falarem de temas específicos, a visita às prefeituras pertencentes ao comitê para viabilizar a participação das mesmas dentro do comitê, ou seja, são linhas gerais, que a diretoria do Comitê pretende trabalhar no próximo ano. A conselheira Ângela (CREA-MG) fez uma pergunta sobre a Auto avaliação se ela será enviada ao IGAM e posteriormente ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e se entrará no rateio do recurso Fhidro. Ela gostaria de saber gual a serventia desses documentos. O conselheiro Robson (IGAM) respondeu dizendo que a DN atualmente não está sendo utilizada como parâmetro para o repasse de verbas por convênio, portanto os documentos estão sendo exigidos para o cumprimento da DN e não para o repasse de verbas. O conselheiro José Edilberto (APS) fez o uso da palavra dizendo que a autoavaliação deveria ser enviada para todos conselheiros por meio de um questionário online, que poderá ser criado por meio do formulário google, devido a sua facilidade e eficiência. O conselheiro Robson (IGAM) disse que o Protagonismo deve conter as atividades que o comitê teve durante o ano, como a participação em grupos de trabalho, as deliberações realizadas, os encontros promovidos, enfim, as ações desenvolvidas pelo Comitê ao longo do ano. . Item 8. Apresentação sobre a

197

198

199

200

201202

203

204

205206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219220

221

222223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238239

240241

242

243

244

245

246247

participação no ENCOB 2019: O conselheiro Fábio (ONG Planeta Solidário) fez o uso da palavra e discorreu sobre o evento no qual participou no município de Foz do Iguaçu/Paraná, disse que foi amplamente discutido sobre a participação dos conselheiros dentro dos comitês para que os mesmos seiam ativos e também o envolvimento de jovens dentro dos CBH's, destacaram a importância da horizontalidade e da propagação das questões tratadas dentro dos comitês, bem como da integração com órgãos de pesquisa, faculdades, parcerias com ONG's dentre outros. Foram discutidos também temas relacionados a educação, como a criação de cursos de pós graduação voltados aos recursos hídricos, e nesse âmbito foi apresentado o PROFÁGUA que é um programa de pós-graduação stricto sensu em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, tem como objetivo proporcionar a formação continuada dos profissionais que atuam em órgãos gestores de recursos hídricos (em nível federal, estadual e municipal), agências de água. comitês de bacia hidrográfica ou conselhos de recursos hídricos. A ex conselheira Laene (FIEMG) fez o uso da palavra para apresentar a sua substituta dentro do comitê a conselheira Kamila Vilela Barros Santos, que ficará no seu lugar durante a sua licença maternidade. Aproveitou a oportunidade para convidar todos os conselheiros a participarem de um curso que será promovido pela FIEMG com parceria da SUPRAM Sul de Minas sobre o novo Sistema de Licenciamento Ambiental e sobre o Sistema Eletrônico de Informações - SEI que será realizado no dia vinte de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove) em Varginha em período integral. Item 9. Assuntos Gerais: A conselheira Ângela fez uso da palavra e falou que a Prefeitura de Pocos de Caldas mandou para o CODEMA uma análise referente a um empreendimento de SPA, ou seja, um grande Hotel que está sendo construído dentro da área do manancial da saturnino de brito, essa situação gera muita preocupação, pois a Represa Saturnino de Brito responde por quarenta por cento do abastecimento público de Pocos de Caldas esse tipo de empreendimento que está sendo construído está baseado em grande consumo de água para banho e para recreações. Segundo ela a represa já possui problemas, como uma série de assoreamentos comprometedores e esse tipo de empreendimento é inadequado para uma área de manancial. Essa área dentro do Plano Diretor é tida como Zona Rural de Proteção Ambiental - ZRPA, e lá já existe uma outorga do DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto; e ela acredita que essa outorga já está no limite, e a mesma gostaria de saber como se dará a outorga desse novo empreendimento tendo em vista todos esses problemas levantados. Disse que os membros do comitê deverão estar atentos a esse fato, pois pela legislação o abastecimento público sempre deverá ser a prioridade. Falou que acha surpreendente que o município tenha atitudes como essa. Quando a mesma passou próximo as obras, percebeu que a mesma já está edificada e que possui alguns lagos ao fundo e não sabe ainda como se dará essa captação. Segundo a Ângela a ocupação do manancial está sendo feita sem nenhum pudor. Também disse que ninguém quer frear o desenvolvimento do município, mas nesse caso trata-se de um empreendimento altamente consumidor de água dentro de uma área de manancial responsável pelo abastecimento de quarenta por cento do município. Ressaltou a importância de fazermos esforcos juntamente à regional do IGAM, localizada em Varginha para que possamos acompanhar essa outorga. Ela também reforçou ao Robson do IGAM o que a Danúbia da SUPRAM Sul havia acordado em uma reunião do CBH, ela disse que juntamente com a Prefeitura de Poços de Caldas, iria realizar um levantamento de todos os empreendimentos urbanos que estão rebaixando o lençol freático sem outorga. A mesma disse que os rebaixamentos de lencol freático perenes com mais de dez anos, caso a legislação não tenha mudado devem passar pela aprovação deste comitê e disse que tudo que foi discutido com a Danúbia consta em ata, no qual o conselheiro Antônio Carlos Alvisi ficou de realizar uma parceria com a mesma para que o IGAM realizasse a outorga desses empreendimentos envolvendo o rebaixamento do lençol freático que estão sendo realizados principalmente na área central

249

250

251

252253

254

255

256257

258

259

260261

262263

264

265

266267

268

269270

271

272

273274

275

276277

278

279

280

281 282

283

284

285286

287

288

289 290

291

292293

294

295

296

297298

299

do município e que bombeiam água dia e noite. A Secretaria Executiva relembrou a todos de que foi enviado um ofício aos prefeitos dos 27 (vinte e sete) municípios pedindo que antes da aprovação de qualquer empreendimento que demande outorga, que os mesmos enviassem primeiro o pedido de outorga ao IGAM e que se a mesma fosse de grande porte passaria pela aprovação do comitê, antes mesmo da aprovação de qualquer obra. E disse que ela não estava sabendo da construção do SPA e o que o CBH não recebeu nenhum pedido de outorga e por ser uma área de manancial, ela crê que a outorga deverá passar pelo comitê, e neste caso a história irá se repetir, pois iremos sofrer pressão e depois as pessoas irão dizer que o comitê está barrando o desenvolvimento da cidade, e que ela acha isso um absurdo. O conselheiro Robson (IGAM) fez o uso da palavra e disse que irá repassar para a Danúbia da URGA que foi cobrado do IGAM esse compromisso. Ele sugeriu que guando houver assuntos pontuais como este que os mesmos sejam inseridos na pauta até para que todos consigam se preparar para a reunião, pois os assuntos gerais geralmente são convites, informações gerais a serem dadas pelos conselheiros, não são assuntos tão específicos e importantes como este. O conselheiro José Edilberto (APS) Informou sobre sua proposta junto ao CBH-Grande, da criação de um grupo que acompanhasse pontualmente toda e qualquer tema que implique em ações provocadas pela INB afetas aos recursos hídricos e segurança de barragens. Conforme proposta e sugestão, foi demandado para o GD6 que reunisse toda documentação e fatos atinentes a INB, objetivando alinhamento das informações e providências. Valnei (NARP) fez o uso da palavra dizendo que a questão da INB é muito importante devido a sua abrangência e permanência, que ele acredita que essa temática deve ser amplamente discutida dentro do comitê e que ele como membro tem levado essas discussões em outros ambientes do qual frequenta e participa como a APA da Pedra Branca, e que a INB vem sendo discutida dentro desses grupos também e que a conscientização e mobilização da sociedade é muito importante. O conselheiro Antônio Carlos Sales (ASSEA) fez um pedido para que a diretoria deste comitê enviasse um ofício de agradecimento à família do Senhor Ítalo Bertoli que havia falecido e que representou a FIEMG no comitê e contribuiu enormemente com este CBH e era muito comprometido com os nossos recursos hídricos. Fez outro pedido para que os coordenadores das câmaras técnicas sejam convidados a participarem das reuniões da diretoria para a definição das pautas das reuniões, pois o mesmo acha muito importante que os coordenadores tenham espaço em todas as pautas do CBH. Foi retomado novamente o item referente a auto-avaliação e ficou acordado que os ali presentes iriam responde-la e posteriormente os conselheiros que não estivessem presentes a receberiam por meio de um formulário google e seria feita um média das respostas e enviado um documento final ao IGAM. Item 10. Encerramento: Nada mais havendo a tratar a 5º Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada as 14:00.

301

302

303

304 305

306

307

308 309

310

311

312

313

314315

316

317318

319

320

321

322

323 324

325326

327

328 329

330

331

332

333

334

335

336 337

338

Mateus Felipe da Costa

Presidente CBH Mogi/Pardo - GD6